



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO**  
**Estado do Espírito Santo**  
**TERMO DE AUTUAÇÃO DE PROCESSO**

PROTOCOLO DO PROCESSO

**001081/2022**

Este processo pode ser consultado por meio digital através da  
URL: <https://gpi01.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=dcddf802-39cf-4ac1-9b6f-8ecc91b14882>

|                   |                                       |
|-------------------|---------------------------------------|
| AUTUADO EM        | Quinta-feira, 17 de Março de 2022     |
| LOCAL DA AUTUAÇÃO | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO |
| AUTUADO POR       | RANSMILLER BRUNELLI CAMPORESI         |

**RESUMO**

*SOLICITA AUTORIZAÇÃO PARA INSCRIÇÃO DE SERVIDORA  
NO CURSO PREPARAÇÃO DE ENVIO DA REMESSA  
CONTRATAÇÕES AO TCESS*  
DATA: 17/03/2022





Pedro Canário, 17 de Março de 2022.

OFÍCIO SEMAD/PMPC N° 1407/2022

**Da: Secretaria Municipal de Administração**

Sr° Ransmiller Brunelli Camporesi

**À: Secretaria Municipal de Governo**

Exm° Senhor Prefeito Municipal Bruno Teófilo Araújo

**ASSUNTO:** Autorização para inscrição em Curso de Capacitação

Exm° Senhor Prefeito,

Considerando a publicação da Instrução Normativa n°. 068, em especial ao seu Anexo VI, que trata do envio das informações de **Contratações Públicas** ao sistema Cidades do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES).

Assim, venho, por meio deste, solicitar a Vossa Excelência, autorização para efetuar inscrição no **CURSO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - PREPARAÇÕES PARA O ENVIO AO TCEES EM 2022 PELO SISTEMA CIDADES**, a ser realizado nos dias 31 de março e 01 de abril de 2022, ministrado pela FUNDAÇÃO ESPÍRITO-SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST.

O investimento para realização do referido curso é de R\$ 1.710,00 (hum mil setecentos e dez reais).

A dotação orçamentária deverá ser autorizada pela **FICHA 076, 2005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA, 33903900000, OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA, Fonte de Recurso 1001000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS**.



Insta frisar que cursos para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal são considerados, pelo artigo 13, inciso VI, da Lei nº. 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), como serviços técnicos profissionais especializados, para cuja contratação será inexigível a licitação, segundo o artigo 25, inciso II, do mesmo diploma legal, caso estejam presentes, no caso concreto, as seguintes condições: I - curso de natureza singular e II - envolva profissionais ou empresas de notória especialização. Assim, transcrevo abaixo o teor dos mencionados dispositivos legais:

**Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:**

...

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

...

**VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;**

Tais condições legais para contratação direta foram praticamente reproduzidas pela Súmula nº. 252 do Tribunal de Contas da União - TCU:

A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado.

Portanto, sendo os cursos voltados para a capacitação e treinamento de servidores públicos legalmente considerados como serviços técnicos profissionais especializados (artigo 13, inciso VI, da Lei nº. 8.666/93), sua contratação direta, por inexigibilidade de licitação (artigo 25, inciso II, da mesma Lei), dependerá da presença simultânea dos requisitos



relativos à singularidade do curso e à notória especialização do contratado.

A caracterização da "notória especialização" oferece menos dificuldades ao aplicador da lei do que a caracterização da "natureza singular do serviço", uma vez que sua definição encontra-se prevista no artigo 25, § 1º, da Lei nº. 8.666/93, transcrito a seguir:

**§ 1º.** Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Já a singularidade é um conceito jurídico indeterminado, cujo significado deve ser extraído da doutrina administrativa e dos precedentes dos Tribunais sobre o tema. Desse modo, o Tribunal de Contas da União editou a Súmula nº. 264, que traz o seguinte conceito de singularidade:

A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei no 8.666/1993.

Assim, para o Tribunal de Contas da União, o administrador público deve, ao avaliar se o curso que pretende contratar é ou não singular, perquirir se o referido curso traz em si um grau de subjetividade que torna suscetível de ser medido pelos critérios objetivos inerentes ao processo de licitação.

Os precedentes do TCU sobre a contratação de cursos abertos são, em sua maioria, no sentido de que tais contratações devem ser realizadas por inexigibilidade de licitação, devido à dificuldade de se estabelecer padrões adequados de competição





para realização da licitação. Nesse sentido, foi proferida a Decisão nº. 439/1998 - Plenário, que tornou uma decisão paradigma:

3. É notoriamente sabido que na maioria das vezes, no caso concreto, é difícil estabelecer padrões adequados de competição para escolher isentamente entre diferentes professores ou cursos, tornando-se complicado comparar o talento e a capacidade didática dos diversos mestres.

4. Aliás, essa realidade já foi reconhecida pela doutrina do direito administrativo. O mestre Ivan Barbosa Rigolin, ao discorrer sobre o enquadramento legal de natureza singular empregado pela legislação ao treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, ainda quanto à aplicação do art. 23, inciso II, do Dec.-lei nº 2.300/86, defendia que: "A metodologia empregada, o sistema pedagógico, o material e os recursos didáticos, os diferentes instrutores, o enfoque das matérias, a preocupação ideológica, assim como todas as demais questões fundamentais, relacionadas com a prestação final do serviço e com os seus resultados - que são o que afinal importa obter -, nada disso pode ser predeterminado ou adrede escolhido pela Administração contratante. Aí reside a marca inconfundível do autor dos serviços de natureza singular, que não executa projeto prévio e conhecido de todos mas desenvolve técnica apenas sua, que pode inclusive variar a cada novo trabalho, aperfeiçoando-se continuamente. Por todas essas razões entendeu a lei de licitações de classificar na categoria de serviço técnico profissional especializado, o trabalho de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal da Administração, por particulares (pessoas físicas ou jurídicas); sendo de natureza singular o serviço, será fatalmente diferente um treinamento de outro, ainda que sobre os mesmos temas, quando ministrado por particulares diversos. E, desse modo, sendo desiguais os produtos que os variados profissionais oferecem, torna-se inexigível a licitação por imperativo lógico que consta do art. 23, inciso II, do Dec.-lei nº 2.300/86." ( "Treinamento de Pessoal - Natureza da



Contratação" "in" Boletim de Direito Administrativo - Março de 1993, págs. 176/79-grifo nosso)

...

7. A exceção à regra geral estabelecida pelo Prof. Rigolin, no parecer já mencionado, diz respeito à contratação de treinamentos concernentes a serviços braçais, ou mecanográficos, ou de trabalhos de índole física, que não exigem uma maior escolarização dos instrutores. Dá como exemplos: adestramento de guardas; datilografia; digitação; orientação para pesquisa. Mas, mesmo nesses casos, entendo defensável a contratação direta, alicerçado nos mesmos argumentos expendidos até aqui, pois a condução do treinamento continua sendo personalíssima e a experiência do instrutor contratado faz diferença quanto aos resultados alcançados.

...

Decisão: O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE: 1. considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93; 2. retirar o sigilo dos autos e ordenar sua publicação em Ata; e 3. arquivar o presente processo.

Segue ainda exemplo de acórdão do TCU que retomaram os conceitos produzidos na citada decisão:

O gestor, cujas alegações de defesa ora se analisa, adotou o entendimento referido no primeiro caso ao entender que a singularidade está ligada ao fato de a oportunidade da contratação do curso/treinamento levar em conta data e local em que os referidos cursos/treinamentos foram realizados, ao mesmo tempo em que essas características são compatibilizadas com as necessidades de qualificação e com a disponibilidade orçamentária do órgão (fl. 1.277 do Vol. 6 do Anexo XII).



Portanto, considerando que o gestor agiu de acordo com entendimento do Tribunal (Decisão n. 439/1998 - Plenário) e com o posicionamento de renomado doutrinador (Marçal Justen Filho), entende-se que a sua defesa deva ser acatada.

Por sua vez, a Orientação Normativa nº 18, de 1º de abril de 2009, da Advocacia Geral da União (AGU), consolidou a possibilidade de se contratar inscrição em cursos abertos por meio de inexigibilidade, contanto restassem configurados os requisitos legais da singularidade e da notória especialização. Como pode-se notar a seguir:

Contrata-se por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, inc. II, da Lei nº 8.666, de 1993, conferencistas para ministrar cursos para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, ou a inscrição em cursos abertos, desde que caracterizada a singularidade do objeto e verificado tratar-se de notório especialista.

Após todo o exposto, há uma maior segurança jurídica na contratação por inexigibilidade de licitação, com relação aos cursos abertos, tendo em vista a jurisprudência do TCU e a doutrina no sentido de que, quando a data, o conteúdo, a metodologia do curso são programados pelo realizador do curso, que abre a oportunidade de inscrição a todo e qualquer interessado, a singularidade do serviço reside nesse fato, não cabendo, então, a realização de uma licitação.

Assim sendo, **solicito a Vossa Excelência que defira o pedido de inscrição da Servidora Samira dos Santos Telles no curso já citado, haja vista que a servidora alocada nesta Secretaria Municipal de Administração necessita de capacitação técnica no âmbito de Preparação de Envio da Remessa Contratações exigida pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.**

Destaca-se que a empresa escolhida para a realização do curso de capacitação é tradicional no ramo de cursos voltados para a área de gestão pública, sendo que os professores Marcelo Campos Antunes e Sandro Tonini da Silva são especialistas na área jurídica e de informática.

Vale ressaltar ainda que a servidora requerente necessita de hospedagem, haja vista a distância entre o local de realização do curso e este Município é grande e os pacotes oferecidos pela empresa já incluem hospedagem.





**PREFEITURA DE  
PEDRO CANÁRIO**

SECRETARIA MUNICIPAL  
DE ADMINISTRAÇÃO

Sem mais para o momento, reitero votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Ransmiller Brunelli Camporesi

Secretário Municipal de Administração

Decreto N° 005/2022



## Contratações Públicas – Preparações para o envio ao TCEES em 2022 pelo Sistema CidadES

**Período e Carga Horária:** 31.03.22 (8:30h às 17:30h) e 01.04.22 (8h às 17h), totalizando 16 horas/aulas.

**Local de Realização:** Auditório do Hotel Bristol Alameda Vitória  
Av. Dante Micheline, 585 • Praia de Camburi • Vitória • ES  
Tel.: (27) 3204 6600 - [www.bristolhotels.com.br](http://www.bristolhotels.com.br)

**Atenção:** O Hotel Bristol Alameda Vitória está situado na Orla de Camburi, no sentido de Jardim Camburi para Jardim da Penha, o hotel fica após o Banco do Brasil e CEF, e antes/ao lado do Banco Bradesco. Frente ao Quiosque 2 da Orla de Camburi. A entrada de carro para o estacionamento do hotel fica na rua de trás do hotel.

### Apresentação:

O curso propiciará o aprendizado teórico e prático do envio das informações de **Contratação Públicas** ao sistema CidadES do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES).

O conteúdo será apresentado conforme a Instrução Normativa TC 68/2020 e seu Anexo VI (remessa contratação), e alterações posteriores, através de exemplos práticos.

O curso possibilitará uma ampla discussão com os participantes quanto às fases e estruturas de arquivos relativos às Contratações para o eficaz atendimento às exigências contidas na IN 68/2020 e alterações posteriores do TCEES.

O instrutor possui sólida formação acadêmica e profissional na área de informática e na área jurídica, o que possibilitará uma abordagem sobre os procedimentos adequados a serem adotados tanto em relação aos

procedimentos licitatórios, quanto em relação as informações a serem enviadas no Módulo Contratações do sistema CidadES.

### **Objetivo Geral:**

O curso tem como objetivo principal instruir e esclarecer dúvidas quanto aos cadastros que devem ser realizados para envio das informações do Módulo Contratação ao sistema CidadES do TCEES.

### **Objetivos Específicos:**

Analisar o Anexo VI (remessa contratação) da IN 68/2020 alterações posteriores, demonstrando os cadastros que devem ser realizados para envio das informações ao sistema CidadES.

Detalhar as informações dos campos de cada Arquivo que compõe o Anexo VI, com exemplos de cadastro e através de situações apresentadas pelos participantes, permitindo ao treinando assimilar as inovações trazidas pela IN 68/2020.

### **Conteúdo Programático:**

**Módulo I: ANEXO VI: Remessa Contratação** – Apresentação do Modelo Lógico, Tipos/Formatos de Dados; Visão Geral de Arquivos XML e aplicação à Regra de Formação dos Arquivos XML do Módulo Contratação; Código de Identificação da Contratação; Fato Gerador.

**Módulo II: ANEXO VI: Fases 1 e 2 – Edital da Licitação e Licitação:** análise estrutural dos principais arquivos que caracterizam um edital de contratação bem como a própria execução do procedimento licitatório. Análise das principais Tabelas Auxiliares associadas.

**Módulo III: ANEXO VI: Fases 3, 4 e 5 – Instrumento Contratual, Execução do Contrato e Contratação Direta:** análise estrutural dos principais arquivos que caracterizam o instrumento contratual, sua execução e contratação direta, quando aplicável. Análise das principais Tabelas Auxiliares associadas.

**Módulo IV: ANEXO VI: Fases 6, 7 e 8 – Ata de Registro de Preços - ARP, Concessão da Adesão à ARP e a Adesão à ARP:** análise estrutural dos principais arquivos que caracterizam uma Ata de Registro de Preços – ARP, quando aplicável. Análise das principais Tabelas Auxiliares associadas.

**Módulo V: ANEXO VI: Fases 9 – Chamamento Público:** análise estrutural dos principais arquivos que caracterizam o Chamamento Público ao Edital. Análise das principais Tabelas Auxiliares associadas.

**Módulo VI: ANEXO VI: Fases 10, 11 e 12 – Sanções, Situação da Contratação e Ocorrências na Contratação:** análise estrutural dos principais arquivos que caracterizam o acompanhamento das contratações, incluindo as Sanções aplicáveis dentro do procedimento. Análise das principais Tabelas Auxiliares associadas.

#### **Metodologia:**

O curso será ministrado através de exemplos de arquivos do Módulo de Contratação, configurando situações reais, motivando os participantes a trazerem suas dúvidas e práticas do cotidiano.

**Público Alvo:** Servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Administração Indireta, das Autarquias (SAAE, Conselhos de Classe, Institutos de Previdência), dos fundos, dos Consórcios Públicos, das Fundações, dentre outros. Agentes públicos e Servidores em geral: prefeitos, vereadores, secretários, assessores, tesoureiros, controladores, auditores, procuradores, auditores, contadores, membros da Comissão Permanente de Licitação, pregoeiros, servidores das áreas de compras e contratações, gestores e fiscais de contratos, assessores e consultores na área pública e outras áreas afins.

**INSTRUTORES:**

- SANDRO TONINI DA SILVA, e
- MARCELO CAMPOS ANTUNES.

**MARCELO CAMPOS ANTUNES:**

- Auditor do Estado da Secretaria de Estado de Controle e Transparência – Secont.
- Doutorando em Ciências Jurídicas pela Universidad de Morón – UM / Buenos Aires, Argentina.
- Especialista em Administração Tributária, em Direito Internacional, em Gestão Pública e em Contabilidade e Auditoria Pública.
- Graduado em Direito e Ciência da Computação pela UFES.
- Subsecretário de Estado de Controle da Secont.
- Docente credenciado na Esesp - Área de Licitações, Contratos e Convênios.
- Atuou como Subsecretário de Estado para Assuntos Administrativos, Coordenador de Projetos e Convênios e Presidente da Comissão de Licitações na Secretaria da Casa Civil; como Coordenador de Convênios na Secont; Coordenador da área de Auditoria de Tecnologia da Informação na Secont; como Coordenador de Projetos e Convênios, Presidente da Comissão de Licitações da Secretaria de Estado de Esportes e Lazer - Sesport; como Professor de graduação e pós-graduação da Faculdade do Centro Leste - UCL.

**SANDRO TONINI DA SILVA:**

- Bacharel em Ciência da Computação (UFES), Mestre em Informática (UFES), e Bacharel em Direito pela UVV.
- Consultor de Finanças Públicas do TCE entre 2012 e 2018 em Tecnologia da Informação e Processos, atuando em todo o projeto de desenvolvimento do sistema CidadES.



- Integrante do Projeto de gestão da informação do Painel de Controle Social (PCS) do TCEES (entre as 10 melhores soluções de TI pública no Prêmio Inovare 2017).
- Professor Universitário nos cursos de Ciência da Computação, Sistemas de Informação e Administração da Universidade Vila Velha – UVV, nas disciplinas de Gestão da Informação, Business Intelligence (BI), desenvolvimento de software, gestão da informação e arquitetura da informação.
- Agente Especializado (Analista de Sistemas) do Ministério Público do ES, atuando no GAECO com gestão de TICs, gestão de processos de TI aplicados à cadeia de custódia na extração e análise de dispositivos moveis – Coordenador do Laboratório de Extração e Análise de Dados (LEAD) do MPES.
- Atuação no Grupo de Inovação Tecnológica e Inteligência Computacional do Ministério Público do ES para a produção de soluções em Inteligência Artificial e Data Science nas diretrizes institucionais do MPES.
- Certificação em Educação Executiva – Proteção de Dados e Privacidade pelo Insper – SP.

#### INVESTIMENTO:

- **Opção A = R\$ 1.430,00:** incluso: inscrição, certificado, coffee breaks, 02 almoços, material didático.
- **Opção B = R\$ 1.710,00:** incluso: inscrição, certificado, coffee breaks, 02 almoços, 01 jantar, 01 diária de hospedagem em apartamento **individual** com café da manhã, material didático.
- **Opção C = R\$ 2.010,00:** incluso: inscrição, certificado, coffee breaks, 02 almoços, **02** jantares, **02** diárias de hospedagem em apartamento **individual** com café da manhã, material didático.

- **Opção D = R\$ 1.610,00:** incluso: inscrição, certificado, coffee breaks, 02 almoços, 01 jantar, 01 diária hospedagem em apartamento **duplo** com café da manhã, material didático. Esta opção é válida somente para duas inscrições, onde o valor da opção D será cobrado por participante e os dois inscritos ficarão hospedados no mesmo quarto do hotel.
- **Opção E = R\$ 1.810,00:** incluso: inscrição, certificado, coffee breaks, 02 almoços, **02** jantares, **02** diárias de hospedagem em apartamento **duplo** com café da manhã, material didático. Esta opção é válida somente para duas inscrições, onde o valor da opção E será cobrado por participante e os dois inscritos ficarão hospedados no mesmo quarto do hotel.

#### Concessão de descontos:

| Participantes: | Valor do desconto por aluno: |
|----------------|------------------------------|
| 3 e 4          | R\$ 150,00                   |
| 5 e 6          | R\$ 200,00                   |
| 7 a 8          | R\$ 250,00                   |
| 9              | R\$ 300,00                   |

- O desconto será concedido para cada inscrição realizada de um mesmo órgão/ente público (mesmo CNPJ), ou seja, o número de participantes será considerado separadamente por prefeitura, câmara, fundo, instituto, SAAE, etc.

- A contagem de participantes para efeito de concessão de desconto ocorrerá separadamente por curso, ou seja, se a prefeitura inscrever 3 servidores para o curso "A" e mais 3 servidores para "B", será concedido o desconto de R\$150,00

**Dados para empenho/depósito:** FEST - Fundação Espírito-santense de Tecnologia.

CNPJ: 02.980.103/0001-90. Av. Fernando Ferrari, 845, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória, ES, CEP: 29.060-973. [www.fest.org.br](http://www.fest.org.br)

Banco do Brasil – Agência 21-3. Conta Corrente nº. 122.260-0.

***Favor não realizar retenção de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, pois a FEST é entidade sem fins lucrativos e imune, conforme dispõe o art. 20, inc. IV e art. 64 da Lei 9430/1996.***

**O certificado, a Nota Fiscal e a documentação legal comprobatória da imunidade serão entregues, ao término do curso, mediante o envio à FEST da nota de empenho e a efetiva participação do servidor no curso.**

**A inscrição** pode ser feita no site **www.fest.org.br** ou no link:  
<http://conveniar.fest.org.br/eventos/Forms/Servicos/EventoDados.aspx?action=313>

**Contato FEST:** (27) 3345.7555 – 3345.7668 - 4009.2182 – 3237.2755 –  
99904.6107 –Arthur ou Camila. [cursos@fest.org.br](mailto:cursos@fest.org.br)



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual - MOD. 2

Certidão Nº 20220000203675

Identificação do Requerente: CNPJ Nº 02.980.103/0001-90

Certificamos que, até a presente data, não existe débito contra o portador do Cadastro de Pessoa Jurídica acima especificado, ficando ressalvada à Fazenda Pública Estadual o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas.

Certidão emitida via Sistema Eletrônico de Processamento de Dados, nos termos do Regulamento do ICMS/ES, aprovado pelo Decreto nº 1.090-R, de 25 de outubro de 2002.

Certidão emitida em **17/03/2022**, válida até **15/06/2022**.

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada via internet por meio do endereço **www.sefaz.es.gov.br** ou em qualquer Agência da Receita Estadual.

Vitória, 17/03/2022.

Autenticação eletrônica: **000F.B435.C9D0.D76D**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: FUNDAÇÃO ESPIRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST**  
**CNPJ: 02.980.103/0001-90**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 15:16:54 do dia 17/03/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 13/09/2022.

Código de controle da certidão: **DFD2.AC65.482E.3311**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**Prefeitura Municipal de Vitória**

Secretaria de Fazenda

**Certidão Negativa de Débitos**

---

Emissão : 17/03/2022 - 15:27h

---

CNPJ .....: **02980103000190**

---

RAZÃO SOCIAL/NOME: **FUNDACAO ESPIRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST**

---

---

Com fundamento no artigo 205 do Código Tributário Nacional (Lei 5.172/1966), certificamos que não constam em nome do sujeito passivo identificado, nesta data, débitos com a Fazenda Pública Municipal.

---

**OBSERVAÇÕES**

Documento válido até o dia 16/05/2022 e abrange apenas a pessoa física ou jurídica identificada. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar dívidas conhecidas e as apuradas após a emissão deste documento.

De acordo com a Portaria 19/2001 de 22/09/2001 da Secretaria de Fazenda de Vitória - ES , a emissão deste documento **NÃO PODERÁ SER COBRADA**.

---

Emitido em **17/03/2022 às 15:27** pelo **AGENTE INTERNET**

---

Para validar este documento, favor acessar o seguinte endereço:

**<http://www.vitoria.es.gov.br>**, "Serviços", opção "Autenticidade de documentos/ Certidão de Débitos".

Entre com a chave:

**d4a4fba8-a4d3-40c6-b489-b00c90fe0316**

Ou realize a busca pela Inscrição Fiscal, CNPJ ou CPF.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: FUNDACAO ESPIRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.980.103/0001-90

Certidão nº: 8817999/2022

Expedição: 17/03/2022, às 15:20:15

Validade: 13/09/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO ESPIRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.980.103/0001-90**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 02.980.103/0001-90

**Razão Social:** FUNDACAO ESPIRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA FEST

**Endereço:** AV FERNANDO FERRARI 845 C UNIVERSITARIO / GOIABEIRAS / VITORIA / ES / 29075-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 07/03/2022 a 05/04/2022

**Certificação Número:** 2022030700273712615313

Informação obtida em 17/03/2022 15:26:06

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





**CREA-ES**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

## Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Espírito Santo - CREA-ES, certifica que tanto a empresa abaixo quanto seu(s) responsável(s) técnico(s) encontram-se regularmente registrados neste Conselho Regional, nos termos da Lei Federal nº 5.194 de 24 de dezembro de 1966. Certifica ainda que não consta, nos assentamentos deste Conselho, débitos e que a empresa encontra-se legalmente habilitado(a) a exercer suas atividades.

**Certidão nº:** 6159 **Validade:** 01/04/2022 **Protocolo:** 00024798/2022

**Razão Social:** FUNDAÇÃO ESPIRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST

**Endereço:** AVENIDA FERNANDO FERRARI, nº 845, CAMPUS UNIVERSITARIO. GOIABEIRAS

**Município / UF:** VITÓRIA - ES

**Registro CREA-ES:** 5463 **Registrada desde:** 27/06/2000

**Data de reabilitação:**

**Capital social:** 17.063,97 **Data Reg. Capital:** 11/08/1999

**CNPJ:** 02980103000190

### Ramos de Atividade:

| Modalidade             | Ramo de Atividade                   |
|------------------------|-------------------------------------|
| AGRIMENSURA            | AGRIMENSURA                         |
| CIVIL                  | ENGENHARIA CIVIL                    |
| GEOLOGIA E MINAS       | GEOLOGIA E MINAS                    |
| MECÂNICA E METALÚRGICA | MECÂNICA E METALÚRGICA              |
| SEGURANÇA DO TRABALHO  | ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO |

### Objeto Social:

"Estabelecer um programa de cooperação técnica e científica entre a Ufes e a Fest, envolvendo os seguintes aspectos: realização conjunta de trabalhos de pesquisa, seminários, ciclos de palestras, congressos, feiras, etc; consultoria e ou assessoria técnica; desenvolvimento de projetos cooperativos; programa de estágios para estudantes".

### Responsáveis Técnicos:

#### ANTONIO SÉRGIO FERREIRA MENDONÇA

Nº Carteira / Registro no CREA-ES: ES-001108/D

Data de Registro: 04/11/1996

Registro Nacional (RNP): 0807024694

Data do Visto:

Data do Vínculo: 17/02/2009

Títulos:

ENGENHEIRO CIVIL

- ARTIGO 7º DA RESOLUCAO Nº218/1973 DO CONFEA.
- ARTIGO 28 DECRETO FEDERAL 23569/33.
- ARTIGO 29 DECRETO FEDERAL 23569/33.

---

**EDMILSON COSTA TEIXEIRA**

|                                    |             |                   |            |
|------------------------------------|-------------|-------------------|------------|
| Nº Carteira / Registro no CREA-ES: | BA-015781/D | Data de Registro: | 06/03/1996 |
| Registro Nacional (RNP):           | 0504110519  | Data do Visto:    | 06/03/1996 |
|                                    |             | Data do Vínculo:  | 07/02/2008 |

Títulos:

ENGENHEIRO CIVIL

- ARTIGO 7º DA RESOLUCAO Nº218/1973 DO CONFEA.

---

**GERALDO ROSSONI SISQUINI**

|                                    |             |                   |            |
|------------------------------------|-------------|-------------------|------------|
| Nº Carteira / Registro no CREA-ES: | ES-003292/D | Data de Registro: | 26/03/1985 |
| Registro Nacional (RNP):           | 0805120963  | Data do Visto:    |            |
|                                    |             | Data do Vínculo:  | 16/03/2017 |

Títulos:

ENGENHEIRO CIVIL

- ARTIGO 7º DA RESOLUCAO Nº218/1973 DO CONFEA.

ENGENHEIRO MECÂNICO

- ARTIGO 12 DA RESOLUÇÃO Nº218/1973 DO CONFEA.

---

**LEANDRO STANZANI**

|                                    |            |                   |            |
|------------------------------------|------------|-------------------|------------|
| Nº Carteira / Registro no CREA-ES: | MG-74274/D | Data de Registro: | 21/02/2001 |
| Registro Nacional (RNP):           | 1404360433 | Data do Visto:    | 20/11/2003 |
|                                    |            | Data do Vínculo:  | 10/04/2008 |

Títulos:

ENGENHEIRO AGRIMENSOR

- LETRA "B" DO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO 145/64 COMBINADA A DN 047/92, AMBAS DO CONFEA.

- ARTIGO 4º RESOLUÇÃO 218/73, DO CONFEA.

---

**MARCO ANTÔNIO BARBOZA DA SILVA**

|                                    |             |                   |            |
|------------------------------------|-------------|-------------------|------------|
| Nº Carteira / Registro no CREA-ES: | ES-000260/D | Data de Registro: | 30/01/1969 |
| Registro Nacional (RNP):           |             | Data do Visto:    |            |
|                                    |             | Data do Vínculo:  | 27/06/2000 |

Títulos:

ENGENHEIRO CIVIL

- ARTIGO 7º DA RESOLUCAO Nº218/1973 DO CONFEA.

- ARTIGO 28 DECRETO FEDERAL 23569/33.

- ARTIGO 29 DECRETO FEDERAL 23569/33.

---

**MÔNICA DE SOUZA MENDES CASTRO**

|                                    |             |                   |            |
|------------------------------------|-------------|-------------------|------------|
| Nº Carteira / Registro no CREA-ES: | ES-008351/D | Data de Registro: | 20/08/2001 |
| Registro Nacional (RNP):           | 0805525432  | Data do Visto:    |            |
|                                    |             | Data do Vínculo:  | 10/04/2008 |

Títulos:

ENGENHEIRO CIVIL

- ARTIGO 7º DA RESOLUCAO Nº218/1973 DO CONFEA.

---

**OSWALDO PAIVA ALMEIDA FILHO**

|                                    |             |                   |            |
|------------------------------------|-------------|-------------------|------------|
| Nº Carteira / Registro no CREA-ES: | MG-013877/D | Data de Registro: | 15/09/1976 |
| Registro Nacional (RNP):           | 1404483438  | Data do Visto:    | 27/03/1981 |
|                                    |             | Data do Vínculo:  | 27/06/2000 |

Títulos:

ENGENHEIRO MECÂNICO

- ARTIGO 12 DA RESOLUÇÃO Nº218/1973 DO CONFEA.
- ARTIGO 31 DECRETO FEDERAL 23569/33.
- DA RESOLUÇÃO 139.

---

**RODOLFO MOREIRA DE CASTRO JUNIOR**

|                                    |             |                   |            |
|------------------------------------|-------------|-------------------|------------|
| Nº Carteira / Registro no CREA-ES: | SP-170558/D | Data de Registro: | 28/04/1989 |
| Registro Nacional (RNP):           | 2604606992  | Data do Visto:    | 16/09/1992 |
|                                    |             | Data do Vínculo:  | 08/12/2006 |

Títulos:

ENGENHEIRO CARTÓGRAFO

- ARTIGO 6º RESOLUÇÃO 218/73,DO CONFEA.

---

**DANIEL RIGO**

|                                    |             |                   |            |
|------------------------------------|-------------|-------------------|------------|
| Nº Carteira / Registro no CREA-ES: | ES-011420/D | Data de Registro: | 03/05/2005 |
| Registro Nacional (RNP):           | 0800030320  | Data do Visto:    |            |
|                                    |             | Data do Vínculo:  | 10/04/2008 |

Títulos:

ENGENHEIRO CIVIL

- ARTIGO 7º DA RESOLUCAO Nº218/1973 DO CONFEA.

---

**JONIVANE TAVARES**

|                                    |             |                   |            |
|------------------------------------|-------------|-------------------|------------|
| Nº Carteira / Registro no CREA-ES: | ES-012263/D | Data de Registro: | 06/02/2006 |
| Registro Nacional (RNP):           | 0800303628  | Data do Visto:    |            |
|                                    |             | Data do Vínculo:  | 21/10/2013 |

Títulos:

GEÓGRAFO

- LEI Nº 6664/79 E Nº 7399/85

---

**KARINE DA SILVA GLÓRIA**

|                                    |             |                   |            |
|------------------------------------|-------------|-------------------|------------|
| Nº Carteira / Registro no CREA-ES: | RJ-176913/D | Data de Registro: | 12/09/2003 |
| Registro Nacional (RNP):           | 2009171039  | Data do Visto:    | 06/01/2011 |
|                                    |             | Data do Vínculo:  | 17/01/2011 |

Títulos:

GEÓLOGO

- ARTIGO 11 DA RESOLUÇÃO 218/73 DO CONFEA

RENATO MEIRA DE SOUSA DUTRA

Nº Carteira / Registro no CREA-ES: ES-031974/D Data de Registro: 27/05/2013  
Registro Nacional (RNP): 0812104897 Data do Visto:  
Data do Vínculo: 04/07/2017

Títulos:

ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

- ARTIGO 4º DA RESOLUÇÃO Nº359/1991 DO CONFEA.

TECNÓLOGO EM ELETROMECAÂNICA

- ARTIGOS 3º E 4º DA RESOLUÇÃO 313/86 DO CONFEA

ENGENHEIRO AMBIENTAL

- ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO 447/2000 DO CONFEA

FELIPE BARCELLOS CANIÇALI

Nº Carteira / Registro no CREA-ES: ES-053259/D Data de Registro: 12/05/2021  
Registro Nacional (RNP): 0820131504 Data do Visto:  
Data do Vínculo: 21/09/2021

Títulos:

GEÓLOGO

- ARTIGO 11 DA RESOLUÇÃO 218/73 DO CONFEA, PARA DESEMPENHO DAS ATIVIDADES QUE TRATA A LEI 4.076/62.

Sócios / Diretores:

ARMANDO BIONDO FILHO

Início: 10/07/2019 CPF: 37671740730  
Qualificação: APOSENTADO

Histórico de Anuidades:

| Ano  | Cota  | Valor  | Data Pagamento | Data Vencimento | Estado | Situação |
|------|-------|--------|----------------|-----------------|--------|----------|
| 2022 | Única | 491,26 | 07/01/2022     |                 | ES     | Quitado  |
| 2021 | Única |        | 06/01/2021     |                 | ES     | Quitado  |
| 2020 | Única |        | 09/01/2020     |                 | ES     | Quitado  |
| 2019 | Única |        | 30/01/2019     |                 | ES     | Quitado  |
| 2018 | Única |        | 31/01/2018     |                 | ES     | Quitado  |

Finalidade: DIREITO

Certifico que, face ao estabelecido nos artigos 68 e 69 da Lei 5.194/66, que a Pessoa Jurídica e os Profissionais do seu quadro técnico encontram-se regularmente inscritos e quites até a presente data.

Certifico mais, que de acordo com a Resolução 1121/2019 o registro de pessoa jurídica deverá ser atualizado no Crea quando ocorrer qualquer alteração em seu instrumento constitutivo bem como no quadro técnico e , somente poderão executar as atividades que envolvam o exercício de profissões fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea com a participação efetiva e a autoria declarada de profissional legalmente habilitado citados no quadro técnico, rigorosamente dentro de suas respectivas atribuições profissionais.

E para constar, é emitida a presente Certidão comprobatória de quitação e regularidade junto ao CREA/ES.

Informações/Notas

A capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu Quadro Técnico.

A autenticidade dessa certidão poderá ser confirmada na página do CREA-ES (<http://www.creaes.org.br>), através do nº 6159

Emitida via Internet em: segunda-feira, 31 de janeiro de 2022 09:14

Acesso realizado utilizando o IP: 200.137.67.50

Dispensa-se a assinatura neste documento conforme Instrução de Serviço Nº 004/2002. A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

FIM DA CERTIDÃO



**PROCESSO:** 001081/2022

**REQUERENTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**ASSUNTO:** AUTORIZAÇÃO PARA INSCRIÇÃO EM CURSO DE CAPACITAÇÃO

**DESPACHO**

Trata-se de solicitação de inscrição em capacitação, no CURSO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - PREPARAÇÕES PARA O ENVIO AO TCEES EM 2022 PELO SISTEMA CIDADES, promovido pela FEST-FUNDAÇÃO ESPÍRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA, nos dias **31 de março e 01 de abril de 2022**.

**Sendo assim, determino a Remessa dos autos:**

Ao **DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE** para informar saldo orçamentário.

À **PROCURADORIA GERAL**, para emitir parecer jurídico quanto a legalidade da contratação por intermédio de dispensa de licitação ou inexigibilidade de licitação.

Após, à **COMISSÃO DE PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO** para elaborar o termo.

Suprimida todas as diligências, volvam-me os autos para deliberação.

Diligencie-se.

Pedro Canário/ES, 17 de março de 2022.

BRUNO TEÓFILO ARAÚJO

**Prefeito Municipal**





**MUNICÍPIO DE PEDRO CANÁRIO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO**  
**ESPIRITO SANTO**  
**28.539.872/0001-41**  
**DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

|                    |                |
|--------------------|----------------|
|                    |                |
| <b>FL</b>          | <b>RUBRICA</b> |
| <b>Nº PROCESSO</b> |                |

Ao departamento de Licitações, Compras e Contratos informamos a(s) dotação(ões) orçamentária(s)  
 Processo: 1081/2022

**Ficha: 0000076**

Órgão 050000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária: 050100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO

Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0005 - CONTROLE ADMINISTRATIVO

Projeto/Atividade: 2.005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

Elemento de Despesa: 33903900000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA

Fonte de Recurso: 10010000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

Local/data/Assinatura

PEDRO CANARIO, 18 de março de 2022

\_\_\_\_\_  
 LUCIA GENEROSA ALVES DOS SANTOS  
 Secretário Municipal de Finanças

\_\_\_\_\_  
 RONALDO BRUNELLI  
 CONTADOR  
 CRC-ES Nº.006291/O-3



**MUNICÍPIO DE PEDRO CANÁRIO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO**  
**ESPIRITO SANTO**  
**28.539.872/0001-41**  
**SALDO DAS DOTAÇÕES**  
**EXERCÍCIO DE 2022**

|             |         |
|-------------|---------|
|             |         |
| FL          | RUBRICA |
| Nº PROCESSO |         |

Emissão: 18/03/2022 15:15:05

| DESCRIÇÃO  | Ficha   | Fonte       | Autorizada/<br>Atualizada | Saldo a<br>Empenhar | Saldo Real        |
|--|---------|-------------|---------------------------|---------------------|-------------------|
| <b>050000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO</b>  |         |             |                           |                     |                   |
| <b>050100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO</b>  |         |             |                           |                     |                   |
| <b>050000050100.0412200052.005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA</b>   |         |             |                           |                     |                   |
| 33903900000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA   | 0000076 | 10010000000 | 997.610,00                | 416.479,51          | 416.479,51        |
| <b>Total do Projeto/Atividade :</b>  |         |             | <b>997.610,00</b>         | <b>416.479,51</b>   | <b>416.479,51</b> |
| <b>Total da Unidade Orçamentária:</b>  |         |             | <b>997.610,00</b>         | <b>416.479,51</b>   | <b>416.479,51</b> |
| <b>Total do Órgão:</b>   |         |             | <b>997.610,00</b>         | <b>416.479,51</b>   | <b>416.479,51</b> |
| <b>Total do Geral:</b>   |         |             | <b>997.610,00</b>         | <b>416.479,51</b>   | <b>416.479,51</b> |
| <div style="display: flex; justify-content: space-between; margin-top: 100px;"> <div style="width: 45%;"> <p>_____<br/>LUCIA GENEROSA ALVES DOS SANTOS<br/>Secretário Municipal de Finanças</p> </div> <div style="width: 45%;"> <p>_____<br/>RONALDO BRUNELLI<br/>CONTADOR<br/>CRC-ES Nº.006291/O-3</p> </div> </div> |         |             |                           |                     |                   |







PREFEITURA DE  
**PEDRO CANÁRIO**  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

## CERTIDÃO

**CERTIFICO E DOU FÉ**, que o Processo nº1081/2022, que se encontra tramitando no sistema GPI da Prefeitura Municipal, *de forma virtual*, encontra-se registrado no SISPROC da Procuradoria Geral Municipal- PGM, na forma do Decreto nº 211 de 04/09/2017.

Pedro Canário, 18/03/2022.

**Rita de Cácia Fonseca dos Santos**  
**Auxiliar Administrativo**  
(ASSINADO ELETRONICAMENTE)





# PREFEITURA DE PEDRO CANÁRIO

## PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

**PROCESSOS:** 001081/2022  
**REQUERENTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.  
**OBJETIVO:** INSCRIÇÃO EM CURSO DE CAPACITAÇÃO.

### PARECER

**CURSO DE CAPACITAÇÃO. CURSO. SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS: ARTIGO 13 INCISO VI DA LEI 8.666/93. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: ARTIGO 25, II DA LEI DE LICITAÇÕES CITADA. ANÁLISE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PELA AUTORIDADE COMPETENTE. SE PREENCHIDOS OPINA-SE PELO DEFERIMENTO DO PEDIDO.**

Os presentes autos vieram a esta Procuradoria para emissão de Parecer, face à solicitação da Secretária Municipal de Administração deste Município requerendo **inscrição de servidor em Curso de Capacitação**. O objetivo do curso, segundo a inicial, refere-se ao curso **"CURSO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – PREPARAÇÕES PARA O ENVIO AO TCEES EM 2022 PELO SISTEMA CIDADES"**.

Encarte com informações do curso, *fls. 09/15*;

Despacho do ordenador de despesa, *fls. 25*;

O departamento de Contabilidade informou às *fls. 26/27*, a existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira, consignada no orçamento vigente.

Este é o breve relatório. Passo a manifestar-me.

Versam os autos sobre solicitação para inscrição em curso de capacitação curso **"CURSO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – PREPARAÇÕES PARA O ENVIO AO TCEES EM 2022 PELO SISTEMA CIDADES"**.

Instruídos estão os autos com: (i) informações do curso, sua apresentação, objetivo metodologia, público alvo, etc. (ii) Despacho do Senhor





# PREFEITURA DE PEDRO CANÁRIO

## PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeito, (iii) dotação orçamentária, (iv) Termo de Capacidade Técnica, dentre outros documentos que guarnecem a inicial.

Vieram os autos a esta Procuradoria para análise da legalidade da contratação, especialmente quanto à possibilidade de inexigibilidade de licitação.

Pois bem, analisando os autos verifico a possibilidade de contratação por inexigibilidade de licitação haja vista a previsão contida no artigo 13, inciso VI c/c com o artigo 25, inciso II da supracitada Lei.

**Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:**

(...)

**VI – treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;**

---

**Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:**

(...)

**II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;**

Conforme a dicção legal, os cursos para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal são considerados, pelo **artigo 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93** (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), como serviços técnicos profissionais especializados, para cuja contratação será inexigível a licitação, segundo o **artigo 25, inciso II**, do mesmo diploma legal, caso estejam presentes, no caso concreto, as seguintes condições: (i) o curso seja de natureza singular e (ii) envolva profissionais ou empresas de notória especialização.

Tais condições legais para a contratação direta foram praticamente reproduzidas pela Súmula nº 252 do [Tribunal de Contas](#) da União (TCU):

**“A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado.”**

Portanto, sendo os cursos voltados à capacitação e treinamento de servidores públicos legalmente considerados como serviços técnicos -





# PREFEITURA DE PEDRO CANÁRIO

## PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

profissionais especializados (art. 13, VI, da Lei nº 8.666/93), sua contratação direta, por inexigibilidade de licitação (art. 25, II, da mesma Lei), dependerá da presença simultânea dos requisitos relativos à singularidade do curso e à notória especialização do contratado.

A caracterização da "notória especialização" oferece menos dificuldades ao intérprete e aplicador da lei do que a caracterização da "natureza singular do serviço", uma vez que sua definição se encontra expressamente prevista no artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.666/93:

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato."

Já a singularidade é um conceito jurídico indeterminado, cujo significado deve ser extraído da doutrina administrativa e dos precedentes dos Tribunais sobre o tema.

Inicialmente deve-se registrar que há cursos abertos e fechados. No caso em tela, a princípio, entendo que se refere a um curso aberto, pois é aberto são aqueles disponibilizados ao público em geral, sendo fixados e programados exclusivamente pelo seu realizador. São, portanto, acessíveis a quaisquer interessados, que, animados pela proposta do curso, se matricularão. Nesse tipo de capacitação, a instituição de ensino ou entidade promotora do evento é quem fixa todas as regras da contratação, como os dias em que o curso será ministrado, sua duração, seu conteúdo programático, a metodologia de ensino, os professores ou conferencistas etc.

Feita a conceituação da espécie de curso de capacitação (aberto e fechado), passa-se a analisar quando um curso de capacitação aberto pode ser considerado como um "serviço singular", para efeito de aplicação do artigo 25, II, da Lei nº 8.666/93 e contratação por inexigibilidade de licitação.

Para tanto, trazem-se abaixo, respectivamente, as definições doutrinárias sobre "serviço singular" de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes e Marçal Justen Filho, para quem os requisitos legais da singularidade e da notória especialização não se confundem, porque:

**"A singularidade, como textualmente estabelece a lei, é do objeto do contrato; é o serviço pretendido pela Administração que é**





# PREFEITURA DE PEDRO CANÁRIO

## PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

**singular, e não o executor do serviço. Aliás, todo profissional é singular, posto que esse atributo é próprio da natureza humana."**

Quanto ao tema o **Tribunal de Contas da União editou a Súmula nº 39**, que traz o seguinte conceito de singularidade:

"A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao [processo](#) de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/1993."

Assim, para o TCU, o administrador público deve, ao avaliar se o curso que pretende contratar é ou não singular, perquirir se o referido curso traz em si um grau de subjetividade que o torna suscetível de ser medido pelos critérios objetivos inerentes ao processo de licitação.

Os precedentes do TCU sobre a contratação de cursos abertos são, em sua maioria, no sentido de que tais contratações devem ser realizadas por inexigibilidade de licitação, devido justamente à dificuldade de se estabelecer, no caso concreto, padrões adequados de competição para a realização da licitação. Nesse sentido foi proferida a Decisão nº 439/1998-Plenário, que se tornou uma decisão paradigma sobre a matéria:

"3. É notoriamente sabido que na maioria das vezes, no caso concreto, é difícil estabelecer padrões adequados de competição para escolher isentamente entre diferentes professores ou cursos, tornando-se complicado comparar o talento e a capacidade didática dos diversos mestres.

Seguem, abaixo, exemplos de acórdãos mais recentes do TCU, que retomaram os conceitos produzidos na referida decisão paradigma:

Acórdão 654/2004 – 2º Câmara:

"4. Ademais, assiste razão aos gestores quanto à regularidade da contratação de treinamento mediante inexigibilidade de licitação, uma vez que este Tribunal já decidiu, em sessão plenária de 15/7/1998, 'considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso





# PREFEITURA DE PEDRO CANÁRIO

## PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993' (Decisão nº 439/1998 - Plenário - TCU)."

Acórdão 412/2008 – Plenário:

"O gestor, cujas alegações de defesa ora se analisa, adotou o entendimento referido no primeiro caso ao entender que a singularidade está ligada ao fato de a oportunidade da contratação do curso/treinamento levar em conta data e local em que os referidos cursos/treinamentos foram realizados, ao mesmo tempo em que essas características são compatibilizadas com as necessidades de qualificação e com a disponibilidade orçamentária do órgão (fl. 1.277 do Vol. 6 do Anexo XII). Portanto, considerando que o gestor agiu de acordo com entendimento do Tribunal (Decisão n. 439/1998 - Plenário) e com o posicionamento de renomado doutrinador (Marçal Justen Filho), entende-se que a sua defesa deva ser acatada."

Por sua vez, a Orientação Normativa nº 18, de 1º de abril de 2009, da [Advocacia](#) Geral da União (AGU), consolidou a possibilidade, em tese, de se contratar inscrição em cursos abertos por meio de inexigibilidade, contanto restassem configurados os requisitos legais da singularidade e da notória especialização. Confira-se:

"Contrata-se por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, inc. II, da Lei nº 8.666, de 1993, conferencistas para ministrar cursos para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, ou a inscrição em cursos abertos, desde que caracterizada a singularidade do objeto e verificado tratar-se de notório especialista."

Assim, somente se enquadra na inexigibilidade fundada no art. 25, inc. II, combinado com o art. 13, inc. VI, da Lei nº 8.666, de 1993, a contratação de cursos abertos, sendo que os cursos fechados devem ser objeto de licitação.

Sobre os cursos de treinamento aberto ou fechado, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes assevera que:

"É também inexigível a licitação para a matrícula de servidor em curso oferecido por instituição privada de treinamento, porque esses eventos são realizados em períodos determinados, mostrando-se inviável a competição. Contudo, para a realização de seminários fechados, promovido por qualquer dessas mesmas instituições, é, em princípio, exigível a licitação, porque o interesse e conveniência de treinamento podem ser determinados pela Administração, ao contrário do caso anterior, em que a oportunidade é ditada pelas instituições."

Diante do exposto, **SUGIRO:**







# PREFEITURA DE PEDRO CANÁRIO

## PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

1. Por motivos de prudência, que o administrador público, nos autos do processo de inexigibilidade de licitação, exponha os motivos pelos quais seus servidores deverão participar de determinado curso de capacitação, e não dos outros, de mesmo conteúdo, eventualmente oferecidos no mercado. O que a lei exige é, pois, que se informe o **DIFERENCIAL** que o curso apresenta de modo a justificar porque ele é mais interessante e atende melhor às necessidades da Administração, em detrimento dos demais.
2. Feita a justificativa, deve a Secretaria cumprir o disposto no parágrafo único do artigo 26 do mesmo diploma. A saber:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. [\(Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005\)](#)

**Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:**

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - **razão da escolha do fornecedor ou executante;**

III - **justificativa do preço.**

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.
3. Dada a **URGÊNCIA** da demanda, visto que o curso pleiteado iniciará aos dias **31 de março e 01 de abril de 2022**, não obtendo tempo hábil para manifestação do **CADER**, excepcionalmente opino pelo prosseguimento do feito. Vislumbrando que as solicitações de inscrições em cursos que sobrevierem a este gabinete, para continuidade do procedimento serão **INDISPENSÁVEIS** o encaminhamento ao CADER e sua manifestação.

Registra-se, contudo, que a dispensa de licitação, não exime do administrador a observância das normais gerais de caráter abstrato, em especial: (i) valor de mercado, devidamente comprovado; (ii) publicação da dispensa; (iii) observância dos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, (iv) publicação da contratação, etc.

Com **observância irrestrita das ressalvas acima,** **OPINO PELO DEFERIMENTO DO PEDIDO,** encaminho os autos para decisão final a ser proferida pelo Exmo. Senhor Prefeito.





**PREFEITURA DE  
PEDRO CANÁRIO**  
**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

Pedro Canário/ES, 21/03/2022.

**TÁCIO DI PAULA ALMEIDA NEVES**  
**Procurador Municipal**  
*(assinado eletronicamente)*





**PROCESSO:** 001081/2022

**REQUERENTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**ASSUNTO:** INSCRIÇÃO EM CURSO DE CAPACITAÇÃO

### DESPACHO

Considerando que em seu parecer jurídico o Ilustre Procurador emanou algumas ressalvas, condicionando o seu parecer ao atendimento destas, pelo que passo a esclarecê-las:

Quanto aos motivos pelos quais a servidora deverá participar de determinado curso de capacitação, elucidado que em seu ofício inaugural é explanado o motivo da participação do curso pleiteado, uma vez que a servidora necessita de capacitação técnica no âmbito de Preparação de Envio da Remessa Contratações exigida pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Quanto a justificativa quanto a razão da escolha do fornecedor ou executante, vislumbro que não há como fazer a escolha do fornecedor, haja vista que a organização do evento é feita por entidade sem fins lucrativos, que é especializada em cursos destinado à administração pública, tendo notório reconhecimento no Estado; e quanto ao preço da inscrição, este é estabelecido pela própria organização do curso, que, a meu sentir, não é exorbitante.

Assim, dou por suprimida as ressalvas apresentadas pelo Douto Procurador no parecer jurídico retro, pelo que, remeto os autos à Comissão Permanente de Licitação para elaboração do termo de inexigibilidade de licitação.





**PREFEITURA DE  
PEDRO CANÁRIO**

SECRETARIA MUNICIPAL  
DE GOVERNO

Após, volvam-me os autos para elaboração do ato.

**Diligencie-se com urgência.**

Pedro Canário/ES, 21 de março de 2022.

BRUNO TEÓFILO ARAÚJO

**Prefeito Municipal**





PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

**DESPACHO**  
**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO:** 001081/2022

**REQUERENTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**OBJETIVO:** INSCRIÇÃO DE CURSO

**À SECRETARIA DE GOVERNO**

Compulsando os autos, verifico que o mesmo veio até a Departamento de Licitação com a informação para contratação do objeto por meio de Inexigibilidade de Licitação.

**ALERTO QUANTO A AUSÊNCIA DE RESERVA DE DOTAÇÃO NOS AUTOS.**

Sem maiores delongas, o parecer da Procuradoria (Fls. 29/35) é demasiadamente detalhado e esclarecedor quanto a possibilidade de realização da inexigibilidade de licitação como no caso dos autos.

Assim, como devidamente apresentado pelo Douto Procurador, os autos se amoldam com base no Art. 25, I, da Lei 8.666/93.

Abaixo, segue os dados da empresa a ser contratada.

**Empresa: FUNDAÇÃO ESPIRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST**

**CNPJ: 02.980.103/0001-90**

**Endereço: Av. Fernando Ferrari, 845, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória/ES – CEP 29.075-010**

Ressalto que o ato de firmar convênio cabe exclusivamente ao Excelentíssimo Chefe do Executivo Municipal e sendo assim, encaminho os autos a Secretaria Municipal do Governo, contendo toda a documentação de regularidade fiscal e trabalhista da empresa acima exposta, devidamente juntada aos autos pela secretaria solicitante (Fls. 16/24), ao passo que anexo o Cartão CNPJ, para se assim entender, elaborar o Termo de Ratificação.

Logo após, ao gabinete do Senhor Prefeito, para que se assim entender, assinar o Termo de Ratificação com autorização e demais providências para a eficácia da contratação do objeto em comento.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

---

Pedro Canário, 22 de março de 2022.

**Luiz Carlos Dadalto Filho**  
**Gerente de Licitação**

---

*Rua São Paulo, 220, Boa Vista, Pedro Canário/ES, CEP: 29.970-000*

Página 2 de 2





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

|  |   |   |
|--|---|---|
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO<br><b>02.980.103/0001-90</b><br>MATRIZ   | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO<br>CADASTRAL | DATA DE ABERTURA<br><b>18/02/1999</b>           |
| NOME EMPRESARIAL<br><b>FUNDAÇÃO ESPÍRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST</b>   |   |   |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)<br><b>FEST</b>  |   | PORTE<br><b>DEMAIS</b>                          |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL<br><b>85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares</b>   |   |   |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS<br><b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b><br><b>70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica</b><br><b>72.10-0-00 - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais</b><br><b>72.20-7-00 - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas</b><br><b>74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente</b><br><b>85.92-9-99 - Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente</b><br><b>85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial</b><br><b>85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente</b><br><b>90.01-9-99 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente</b> |   |   |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA<br><b>306-9 - Fundação Privada</b>   |   |   |
| LOGRADOURO<br><b>AV FERNANDO FERRARI</b>   | NÚMERO<br><b>845</b>                                | COMPLEMENTO<br><b>CAMPUS UNIVERSITARIO</b>      |
| CEP<br><b>29.075-010</b>   | BAIRRO/DISTRITO<br><b>GOIABEIRAS</b>                | MUNICÍPIO<br><b>VITORIA</b>                     |
|  |   | UF<br><b>ES</b>                                 |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO  |   | TELEFONE<br><b>(0027) 3352-690</b>              |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)<br>*****   |   |   |
| SITUAÇÃO CADASTRAL<br><b>ATIVA</b>   |   | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL<br><b>27/08/2005</b> |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL   |   |   |
| SITUAÇÃO ESPECIAL<br>*****   |   | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL<br>*****              |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **22/03/2022** às **15:31:21** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





PREFEITURA DE  
**PEDRO CANÁRIO**

SECRETARIA MUNICIPAL  
DE GOVERNO

### TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Considerando as informações, parecer jurídico, documentos e despacho contidos no processo administrativo nº 001081/2022, instaurado pela Secretaria Municipal de Administração, requerendo a inscrição no curso de contratações públicas - preparações para o envio ao TCEES em 2022 pelo sistema CidadES, **a ser realizado nos dias 31 de março e 01 de abril de 2022**, ministrado pela Fundação Espírito-Santense de Tecnologia - FEST, com base no **art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93**.

Assim, investido no cargo de Prefeito Municipal de Pedro Canário/ES, usando das atribuições legais conferidas dos autos e considerando as informações, parecer jurídico, documentos e despacho contidos no processo, **RATIFICO** a inexigibilidade de licitação reconhecida pela Procuradoria Municipal para contratar a empresa **FUNDAÇÃO ESPIRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.980.103/0001-90, situada na Avenida Fernando Ferrari, 845, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória/ES, CEP 29.075-010, cujo valor global da contratação é de **R\$ 1.710,00 (um mil e setecentos e dez reais)**.

Nesta Oportunidade, determino a publicação deste ato, após encaminhe o presente processo a Secretaria Municipal de Finanças para efetuar empenho, liquidação e posterior pagamento.

Pedro Canário/ES, 22 de março de 2022.

BRUNO TEÓFILO ARAÚJO  
**Prefeito Municipal**





**Departamento de Imprensa Oficial**  
Estado do Espírito Santo



Governo do Estado  
do Espírito Santo



[www.dio.es.gov.br](http://www.dio.es.gov.br)

## Comprovante de Envio de Publicação

### Protocolo 820414

O Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo declara que o conteúdo abaixo foi recebido pelo Sistema IOES, para publicação no Diário Oficial na Categoria e Data descritas abaixo, sendo de exclusiva responsabilidade do Usuário Publicador o conteúdo da matéria e a data de publicação selecionada..

### Identificação do REMETENTE

|                       |                                       |
|-----------------------|---------------------------------------|
| Cliente               | PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO |
| Publicador            | SHIRLEY DIAS MOREIRA                  |
| Data/Hora Recebimento | 22/03/2022 17:35:54                   |

### Identificação da MATÉRIA

|                         |   |
|-------------------------|---|
| Protocolo               | 820414  |
| Título                  | TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - 1081-2022 - INSCRIÇÃO EM CURSO FEST - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO |
| Categoria de publicação | Inexigibilidade de Licitação  |
| Coluna(s)               | 1   |
| Data de Publicação      | 24/03/2022  |
| Situação                | APROVADA  |

| Centimetragem (cm/col) | Valor Unitário (cm/col) | Valor Total |
|------------------------|-------------------------|-------------|
| 12.96                  | R\$ 0,00                | R\$ 0,00    |

### Departamento de Imprensa Oficial

CNPJ: 28.161.362/0001—83  
Av. Nossa Sra. da Penha, 714, Ed. RS TRADE TOWER, 4º andar  
Praia do Canto - Vitória / ES  
CEP 29.055-130

### Publicações e Assinaturas

(27) 3636—6932 / (27) 3636—6933  
(27) 3636—6934 / (27) 3636—6935  
Fax: (27) 3636-6931  
[atendimento@dio.es.gov.br](mailto:atendimento@dio.es.gov.br)  
Seg à Sex, de 08:00h às 18:00h



Considerando as informações, parecer 001081/2022 CO, documentos e despacho contidos no processo administrativo nº 001081/2022, instaurado pela Secretaria Municipal de Administração, requerendo a inscrição no curso de contratações públicas - preparações para o envio ao TCEES em 2022 pelo sistema CidadES, a ser realizado nos dias 31 de março e 01 de abril de 2022, ministrado pela Fundação Espírito-Santense de Tecnologia - FEST, com base no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

Assim, investido no cargo de Prefeito Municipal de Pedro Canário/ES, usando das atribuições legais conferidas dos autos e considerando as informações, parecer jurídico, documentos e despacho contidos no processo, RATIFICO a inexigibilidade de licitação reconhecida pela Procuradoria Municipal para contratar a empresa FUNDAÇÃO ESPIRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST, inscrita no CNPJ sob o nº 02.980.103/0001-90, situada na Avenida Fernando Ferrari, 845, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória/ES, CEP 29.075-010, cujo valor global da contratação é de R\$ 1.710,00 (um mil e setecentos e dez reais).

Nesta Oportunidade, determino a publicação deste ato, após encaminhe o presente processo a Secretaria Municipal de Finanças para efetuar empenho, liquidação e posterior pagamento.

Pedro Canário/ES, 22 de março de 2022.

BRUNO TEÓFILO ARAÚJO  
Prefeito Municipal



**MUNICÍPIO DE PEDRO CANÁRIO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO**  
**ESPIRITO SANTO**  
**28.539.872/0001-41**  
**NOTA DE EMPENHO Nº 0001123/2022**

|             |         |
|-------------|---------|
| FL          | RUBRICA |
| Nº PROCESSO |         |

O ordenador da Despesa, para efeito de execução orçamentária nos termos da legislação vigente, determina que seja empenhada, neste exercício, a importância a seguir especificada.

**Exercício : 2022**  
**Ficha : 0000076**  
**Processo : 0001081/2022**  
**Despesa:**

**Tipo: Ordinário**  
**Data : 23/03/2022**  
**Valor : 1.710,00**

Órgão : 050000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
 Unidade Orçamentária : 050100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
 Função : 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Subfunção : 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
 Programa : 0005 - CONTROLE ADMINISTRATIVO  
 Projeto/Atividade : 2.005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA  
 Elemento de Despesa : 33903900000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA  
 Fonte de Recurso : 10010000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

**Favorecido :** 1437 - FEST - FUNDAÇÃO ESPÍRITO-SANTENSE DE TECNOLOGIA **CNPJ/CPF :** 02.980.103/0001-90  
**Bairro :** GOIABEIRAS **Cidade :** SAO MATEUS  
**Endereço :** Pra Fernando Ferrari **UF :** ESPIRITO SANTO  
**Telefone Fixo:** 2733971300 **Celular:** **PIS PASEP :**

**Histórico :** REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM INSCRIÇÃO DE SERVIDOR NO CURSO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – PREPARAÇÕES PARA O ENVIO AO TCEES EM 2022 PELO SISTEMA CIDADES, a ser realizado nos dias 31 de março e 01 de abril de 2022, CONFORME SOLICITAÇÃO ANEXA.

**Subelemento:** 33903922000 - EXPOSIÇÕES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS

|                       |                   |                          |                 |                         |                   |
|-----------------------|-------------------|--------------------------|-----------------|-------------------------|-------------------|
| <b>Saldo Anterior</b> | <b>416.479,51</b> | <b>Despesa Empenhada</b> | <b>1.710,00</b> | <b>Saldo Disponível</b> | <b>414.769,51</b> |
|-----------------------|-------------------|--------------------------|-----------------|-------------------------|-------------------|

(um mil setecentos e dez reais )

**Dispensa/Inexigibilidade :** 51 - ARTIGO 25 INCISO 01 LEI FEDERA **Número Proc. Dispensa/Inexigibilidade :**

#### L A N Ç A M E N T O S

| Nº  | Débito  | Valor    | Crédito  | Valor    |
|---|---|----------|--|----------|
| <b>Empenho - Emissão de Empenho - Outras Despesas Correntes</b> |   |          |  |          |
| O 1   | 522920101000 - EMISSAO DE EMPENHOS              | 1.710,00 | 622130100000 - CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR      | 1.710,00 |
| O 1   | 622110000000 - CRÉDITO DISPONÍVEL               | 1.710,00 | 622920101000 - EMPENHOS A LIQUIDAR               | 1.710,00 |
| C 1   | 821110100000 - RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O EXER | 1.710,00 | 821120100000 - DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DI | 1.710,00 |
| C 1   | 822110101000 - PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO MEN    | 1.710,00 | 822110102000 - PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO MEN     | 1.710,00 |

#### Local/Data/Assinaturas

PEDRO CANARIO, 23 de março de 2022

BRUNO TEÓFILO ARAÚJO  
 Prefeito Municipal

RONALDO BRUNELLI  
 Contador  
 CRC nº 6291/0-3



# CERTIFICADO

Certificamos que **SAMIRA DOS SANTOS TELLES** participou do “Contratações Públicas – Preparações para o envio ao TCEES em 2022 pelo Sistema CiudadES”. O curso foi promovido pela Fundação Espírito Santense de Tecnologia (FEST), no município de **Vitória-ES** nas datas de **31/03 e 01 de Abril de 2022**, com carga horária de **16 horas**.

Vitória, 01 de Abril de 2022.



Armando Biondo Filho  
Superintendente



Marcelo Campos Antunes  
Instrutor do Curso



Sandro Tonini da Silva  
Instrutor do Curso



**Prefeitura Municipal de Vitória**  
**Secretaria Municipal de Fazenda**  
**Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e**



|                                |                                      |
|--------------------------------|--------------------------------------|
| Número da Nota<br><b>11984</b> | Data de Emissão<br><b>05/04/2022</b> |
| RPS                            | Competência<br><b>04/04/2022</b>     |

**Prestador de serviços**

|                   |  |                                    |
|-------------------|--|------------------------------------|
| CPF/CNPJ          | <b>02.980.103/0001-90</b>  | Inscrição Municipal: <b>663821</b> |
| Nome/Razão Social | <b>FUNDAÇÃO ESPIRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST</b>                                   |                                    |
| Nome Fantasia     | <b>FEST</b>  |                                    |
| Endereço          | <b>AVENIDA FERNANDO FERRARI, 845 - CAMPUS UNIVERSITARIO - GOIABEIRAS - CEP: 29075010</b> |                                    |
| Município/UF      | <b>Vitoria/ES</b>  | Email: -                           |



**Tomador de serviços**

|                   |   |                     |
|-------------------|---|---------------------|
| CPF/CNPJ          | <b>10.554.621/0001-70</b>                             | Inscrição Municipal |
| Nome/Razão Social | <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO</b>          |                     |
| Endereço          | <b>RUA SÃO PAULO, 220 - BOA VISTA - CEP: 29970000</b> |                     |
| Município/UF      | <b>Pedro Canário/ES</b>                               | Email               |

**Dados complementares**

Município da prestação do serviço: **Vitoria - ES** Regime: **Empresa Normal - ISS Variável**  
Município da incidência: --- Exigibilidade: **Exigível**  
Código de serviço: **08.02 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza**  
CNAE: **8599604 - TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL**

**Discriminação dos serviços**

*PAGAMENTO REFERENTE A PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES NO CURSO "CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – PREPARAÇÕES PARA O ENVIO AO TCEES EM 2021 PELO SISTEMA CIDADES" EM VITÓRIA-ES NOS DIAS 31/03 E 01/04/2022.*

*FUNDAÇÃO IMUNE DE IMPOSTO DE RENDA DEVIDO AO ARTIGO 150, INCISO VI-C DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.*

**DADOS BANCÁRIOS:**

**BANCO DO BRASIL.**  
**AGÊNCIA: 0021-3.**  
**CONTA CORRENTE: 122.260-0.**

**FEST PROJETO 620.**

**OBS.: APÓS A REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO DESSE DOCUMENTO ENCAMINHAR O COMPROVANTE DE PAGAMENTO E INFORMAR O NÚMERO DA NOTA FISCAL QUITADA PARA O EMAIL: CURSOS@FEST.ORG.BR.**

**Valor dos serviços = R\$ 1.710,00 // Valor líquido da nota = R\$ 1.710,00**

Valor líquido da nota = Valor dos serviços - PIS - Cofins - INSS - IR - CSLL - Outras retenções - Iss Retido - Desconto condicionado

|                |                       |                      |              |                              |                           |                           |                        |
|----------------|-----------------------|----------------------|--------------|------------------------------|---------------------------|---------------------------|------------------------|
| Deduções (R\$) | Base de Cálculo (R\$) | Desconto Cond. (R\$) | Alíquota (%) | Valor do ISS Calculado (R\$) | Valor do ISS Devido (R\$) | Valor do ISS Retido (R\$) | Valor do Crédito (R\$) |
| <b>0,00</b>    | <b>1.710,00</b>       | <b>0,00</b>          | <b>0,00</b>  | <b>0,00</b>                  | <b>0,00</b>               | <b>0,00</b>               | <b>0,00</b>            |
| IR (R\$)       | INSS (R\$)            | CSLL (R\$)           | PIS (R\$)    | Cofins (R\$)                 | Outras retenções (R\$)    |                           |                        |
| <b>0,00</b>    | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b>          | <b>0,00</b>  | <b>0,00</b>                  | <b>0,00</b>               |                           |                        |

**Outras informações**

- Esta NFS-e foi emitida com respaldo legal no Decreto 13.314/2007 e na Portaria 49/2007 e autorizada pela AIDF N° 1986/2010 de 01/07/2010;
- Esta NFS-e foi emitida em substituição à NFS-e nº 11973;
- Chave de validação que garante a autenticidade desta NFS-e: F6A21C7A-379A-4DA6-AAFE-517B68BF26CB



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

**Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual - MOD. 2**

**Certidão Número 20220000412764**

Identificação do Requerente: CNPJ - **02.980.103/0001-90**

Certificamos que, até a presente data, não existe débito contra o portador do Cadastro de Pessoa Jurídica acima especificado, ficando ressalvada à Fazenda Pública Estadual o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas.

Certidão emitida via Sistema Eletrônico de Processamento de Dados, nos termos do Regulamento do ICMS/ES, aprovado pelo Decreto n. 1.090-R, de 25 de outubro de 2002.

Certidão emitida em **18/05/2022**, válida até **16/08/2022**.

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada via internet por meio do endereço **www.sefaz.es.gov.br** ou em qualquer Agência da Receita Estadual.

Vitória, 18 de Maio de 2022.

Autenticação eletrônica: **001E.A135.D660.7B59**

Imprimir Certidão



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: FUNDAÇÃO ESPIRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST**  
**CNPJ: 02.980.103/0001-90**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 13:39:25 do dia 06/04/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 03/10/2022.

Código de controle da certidão: **F7BE.D374.B406.454E**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 02.980.103/0001-90

**Razão Social:** FUNDACAO ESPIRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA FEST

**Endereço:** AV FERNANDO FERRARI 845 C UNIVERSITARIO / GOIABEIRAS / VITORIA / ES / 29075-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 03/05/2022 a 01/06/2022

**Certificação Número:** 2022050300390600234941

Informação obtida em 18/05/2022 08:57:39

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: FUNDACAO ESPIRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.980.103/0001-90

Certidão nº: 15825204/2022

Expedição: 18/05/2022, às 08:54:24

Validade: 14/11/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO ESPIRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.980.103/0001-90**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



## Prefeitura Municipal de Vitória

Secretaria de Fazenda



### Certidão Negativa de Débitos

---

Emissão : 18/05/2022 - 09:02h

---

CNPJ .....: **02980103000190**

---

RAZÃO SOCIAL/NOME: **FUNDACAO ESPIRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST**

---

Com fundamento no artigo 205 do Código Tributário Nacional (Lei 5.172/1966), certificamos que não constam em nome do sujeito passivo identificado, nesta data, débitos com a Fazenda Pública Municipal.

---

#### OBSERVAÇÕES

Documento válido até o dia 17/07/2022 e abrange apenas a pessoa física ou jurídica identificada. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar dívidas conhecidas e as apuradas após a emissão deste documento.

De acordo com a Portaria 19/2001 de 22/09/2001 da Secretaria de Fazenda de Vitória - ES , a emissão deste documento **NÃO PODERÁ SER COBRADA**.

---

Emitido em **18/05/2022 às 09:02** pelo **AGENTE INTERNET**

---

Para validar este documento, favor acessar o seguinte endereço:

**<http://www.vitoria.es.gov.br>**, "Serviços", opção "Autenticidade de documentos/ Certidão de Débitos".

Entre com a chave:

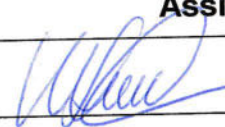


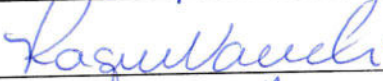






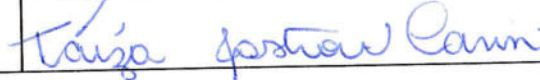
**5fec4e49-fde7-405c-a878-5f8f15482a1f**

Ou realize a busca pela Inscrição Fiscal, CNPJ ou CPF.






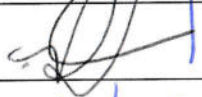




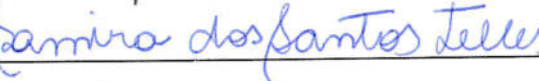


Antes de assinar, favor conferir se o nome está correto para a emissão do certificado.

**Listagem de Presença – Contratações Públicas – Preparações para o envio ao TCEES em 2021 pelo Sistema CidadES**  
**– 31.03 – Turno da manhã**

|    | Nome:   | Entidade:  | Assinatura:   |
|----|---|--|---|
| 23 | Márcia Leal Camporesi                         | Fundo Municipal De Saúde De Pedro Canário                        |    |
| 24 | Márcio Macedo Sabóia                          | Secretaria Municipal De Administração E Finanças De Baixo Guandu |    |
| 25 | Michelle Almeida Costa                        | Prefeitura Municipal De Presidente Kennedy                       |    |
| 26 | Raquel Vaneli                                 | Câmara Municipal De Alfredo Chaves                               |    |
| 27 | Roberto Motta Gomes                           | Câmara Municipal De São Mateus                                   |    |
| 28 | Rodrigo Alves Seccon                          | Prefeitura Municipal De Presidente Kennedy                       |    |
| 29 | Rolian da Cunha Pereira                       | Câmara Municipal de Itapemirim                                   |    |
| 30 | Sabrina Premoli Daros                         | Câmara Municipal De Alfredo Chaves                               |    |
| 31 | Samira Premoli Daros <i>des Santos Telles</i> | Prefeitura de Pedro Canário                                      |   |
| 32 | Selma Henriques De Souza                      | Prefeitura De Presidente Kennedy                                 |  |
| 33 | Taíza Jastrow Carini                          | Prefeitura Municipal De Jaguaré                                  |  |

Antes de assinar, favor conferir se o nome está correto para a emissão do certificado.












**Listagem de Presença – Contratações Públicas – Preparações para o envio ao TCEES em 2021 pelo Sistema CidadES**  
**– 31.03 – Turno da tarde**

|    | Nome:                                     | Entidade:  | Assinatura:   |
|----|---|--|---|
| 23 | Márcia Leal Camporesi                     | Fundo Municipal De Saúde De Pedro Canário                        |    |
| 24 | Márcio Macedo Sabóia                      | Secretaria Municipal De Administração E Finanças De Baixo Guandu |    |
| 25 | Michelle Almeida Costa                    | Prefeitura Municipal De Presidente Kennedy                       |    |
| 26 | Raquel Vaneli                             | Câmara Municipal De Alfredo Chaves                               |    |
| 27 | Roberto Motta Gomes                       | Câmara Municipal De São Mateus                                   |    |
| 28 | Rodrigo Alves Seccon                      | Prefeitura Municipal De Presidente Kennedy                       |    |
| 29 | Rolian da Cunha Pereira                   | Câmara Municipal de Itapemirim                                   |    |
| 30 | Sabrina Premoli Daros                     | Câmara Municipal De Alfredo Chaves                               |    |
| 31 | Samira Premoli Daros<br>DOS SANTOS TELLES | Prefeitura de Pedro Canário                                      |   |
| 32 | Selma Henriques De Souza                  | Prefeitura De Presidente Kennedy                                 |  |
| 33 | Taíza Jastrow Carini                      | Prefeitura Municipal De Jaguaré                                  |  |



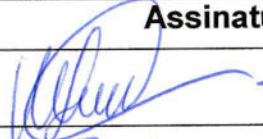



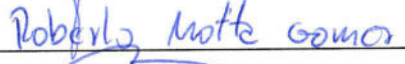

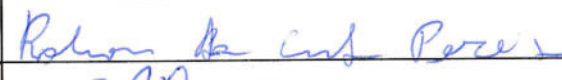

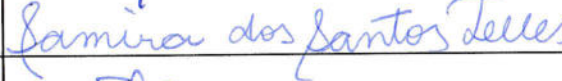

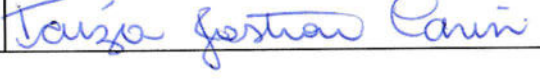
Antes de assinar, favor conferir se o nome está correto para a emissão do certificado.

**Listagem de Presença – Contratações Públicas – Preparações para o envio ao TCEES em 2021 pelo Sistema CidadES**  
**– 01.04 – Turno da manhã**

|    | Nome:  | Entidade:  | Assinatura:   |
|----|--|--|---|
| 23 | Márcia Leal Camporesi                            | Fundo Municipal De Saúde De Pedro Canário                        |    |
| 24 | Márcio Macedo Sabóia                             | Secretaria Municipal De Administração E Finanças De Baixo Guandu |    |
| 25 | Michelle Almeida Costa                           | Prefeitura Municipal De Presidente Kennedy                       |    |
| 26 | Raquel Vaneli                                    | Câmara Municipal De Alfredo Chaves                               |    |
| 27 | Roberto Motta Gomes                              | Câmara Municipal De São Mateus                                   |    |
| 28 | Rodrigo Alves Seccon                             | Prefeitura Municipal De Presidente Kennedy                       |    |
| 29 | Rolian da Cunha Pereira                          | Câmara Municipal de Itapemirim                                   |    |
| 30 | Sabrina Premoli Daros                            | Câmara Municipal De Alfredo Chaves                               |    |
| 31 | Samira Premoli Daros<br><i>dos Santos Telles</i> | Prefeitura de Pedro Canário                                      |   |
| 32 | Selma Henriques De Souza                         | Prefeitura De Presidente Kennedy                                 |  |
| 33 | Taíza Jastrow Carini                             | Prefeitura Municipal De Jaguaré                                  |  |

Antes de assinar, favor conferir se o nome está correto para a emissão do certificado.

**Listagem de Presença – Contratações Públicas – Preparações para o envio ao TCEES em 2021 pelo Sistema CidadES**  
**– 01.04 – Turno da tarde**

|    | Nome:  | Entidade:  | Assinatura:   |
|----|--|--|---|
| 23 | Márcia Leal Camporesi                            | Fundo Municipal De Saúde De Pedro Canário                        |    |
| 24 | Márcio Macedo Sabóia                             | Secretaria Municipal De Administração E Finanças De Baixo Guandu |    |
| 25 | Michelle Almeida Costa                           | Prefeitura Municipal De Presidente Kennedy                       |    |
| 26 | Raquel Vaneli                                    | Câmara Municipal De Alfredo Chaves                               |    |
| 27 | Roberto Motta Gomes                              | Câmara Municipal De São Mateus                                   |    |
| 28 | Rodrigo Alves Seccon                             | Prefeitura Municipal De Presidente Kennedy                       |    |
| 29 | Rolian da Cunha Pereira                          | Câmara Municipal de Itapemirim                                   |    |
| 30 | Sabrina Premoli Daros                            | Câmara Municipal De Alfredo Chaves                               |    |
| 31 | Samira Premoli Daros<br><i>dos Santos Telles</i> | Prefeitura de Pedro Canário                                      |   |
| 32 | Selma Henriques De Souza                         | Prefeitura De Presidente Kennedy                                 |  |
| 33 | Taíza Jastrow Carini                             | Prefeitura Municipal De Jaguaré                                  |  |



Pedro Canário, 18 de Maio de 2022.

**Da: Secretaria Municipal de Administração**

Sr<sup>a</sup> Andréia Silva Santos

**À: Secretaria Municipal de Governo**

Exm<sup>o</sup> Senhor Prefeito Bruno Teófilo Araújo

**ASSUNTO:** Solicito AUTORIZAÇÃO para efetuar pagamento a requerente.

Solicito nos autos **AUTORIZAÇÃO** para efetuar pagamento a requerente, referente a **Nota Fiscal nº 11984/2022 no valor de R\$ 1.710,00 (Hum mil setecentos e dez reais) - EMPENHO nº 001123/2022**, para as devidas providências.

Andréia Silva Santos  
Secretária Municipal de Administração  
Decreto N° 140/2021





**PROCESSO:** 001081/2022

**REQUERENTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**ASSUNTO:** REQUER PAGAMENTO DE NOTA FISCAL

**DECISÃO**

**À SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS:**

Autorizo o pagamento da **nota fiscal nº 11984/2022** (p. 49), CNPJ: 02.980.103/0001-90, no valor de **R\$ 1.710,00 (um mil, setecentos e dez reais)** - EMPENHO nº 001123/2022 (p. 46), referente ao Curso De Contratações Públicas - Preparações para o envio ao TCEES em 2022 pelo sistema cidades, na forma solicitada pela Sr.<sup>a</sup> Secretária Municipal de Administração, às fls. 59.

Diligencie-se.

Pedro Canário/ES, 18 de maio de 2022.

**BRUNO TEÓFILO ARAÚJO**  
**Prefeito Municipal**







**MUNICÍPIO DE PEDRO CANÁRIO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO**  
**ESPIRITO SANTO**  
**28.539.872/0001-41**  
**Nº LIQUIDAÇÃO 0002175/2022**

|             |         |
|-------------|---------|
| FL          | RUBRICA |
| Nº PROCESSO |         |

**VALOR BRUTO: 1.710,00 VALOR DESCONTO: 0,00 VALOR LÍQUIDO: 1.710,00**

|   |                               |                               |
|---|-------------------------------|-------------------------------|
| <b>O ordenador da despesa para efeito da execução orçamentária, nos termos da legislação vigente, determina que seja liquidada a despesa aqui classificada:</b> | <b>Exercício : 2022</b>       | <b>Tipo: Ordinário</b>        |
|   | <b>Empenho: 0001123/2022</b>  | <b>Data : 18/05/2022</b>      |
|   | <b>Ficha : 0000076</b>        | <b>Data Venc.: 31/05/2022</b> |
|   | <b>Processo: 0001081/2022</b> |                               |

Órgão : 050000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
 Unidade Orçamentária : 050100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
 Função : 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Subfunção : 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
 Programa : 0005 - CONTROLE ADMINISTRATIVO  
 Projeto/Atividade : 2.005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA  
 Elemento de Despesa : 33903900000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA  
 Fonte de Recurso : 10010000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

**Favorecido : 1437 - FEST - FUNDAÇÃO ESPÍRITO-SANTENSE DE TECNOLOGIA CNPJ/CPF : 02.980.103/0001-90**  
**Bairro : GOIABEIRAS Cidade : SAO MATEUS**  
**Endereço : Pra Fernando Ferrari UF : ESPIRITO SANTO**

**Histórico : LIQUIDAÇÃO DA NOTA FISCAL Nº 11984, DEVIDAMENTE ATESTADA PELO RESPECTIVO RESPONSÁVEL, REFERENTE A INSCRIÇÃO DE SERVIDOR NO CURSO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – PREPARAÇÕES PARA O ENVIO AO TCEES EM 2022 PELO SISTEMA CIDADES, A SER REALIZADO NOS DIAS 31 DE MARÇO E 01 DE ABRIL DE 2022, CONFORME SOLICITAÇÃO ANEXA.**

**Subelemento: 33903922000 - EXPOSIÇÕES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS**

|                        |                 |                          |                 |                         |             |
|------------------------|-----------------|--------------------------|-----------------|-------------------------|-------------|
| <b>Saldo Empenhado</b> | <b>1.710,00</b> | <b>Despesa Liquidada</b> | <b>1.710,00</b> | <b>Saldo Disponível</b> | <b>0,00</b> |
|------------------------|-----------------|--------------------------|-----------------|-------------------------|-------------|

**Dispensa/Inexigibilidade : 51 - ARTIGO 25 INCISO 01 LEI FEDERAL 8666/93**

#### DOCUMENTOS FISCAIS

05 Nº 11984 de 05/04/2022 - 1.710,00

#### LANÇAMENTOS

| Nº   | Débito   | Valor    | Crédito   | Valor    |
|--|--|----------|---|----------|
| <b>Liquidação - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica</b> |  |          |   |          |
| O 1  | 622130100000 - CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR      | 1.710,00 | 622130300000 - CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PA | 1.710,00 |
| O 1  | 622920101000 - EMPENHOS A LIQUIDAR               | 1.710,00 | 622920103000 - EMPENHOS LIQUIDADOS A PAGAR      | 1.710,00 |
| P 1  | 332312200000 - EXPOSICOES, CONGRESSOS, CONFERE   | 1.710,00 | 213110101000 - FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A I  | 1.710,00 |
| C 1  | 821120100000 - DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE | 1.710,00 | 821130100000 - COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO      | 1.710,00 |

#### Local/Data/Assinaturas

PEDRO CANARIO, 18 de maio de 2022

BRUNO TEÓFILO ARAÚJO  
 Prefeito Municipal

RONALDO BRUNELLI  
 Contador  
 CRC nº 6291/0-3



**Emissão de comprovantes de pagamento via OB**

| Comprovante de Pagamento Da Ordem Bancária |  |                            |          |
|--|--|----------------------------|----------|
| Contrato                                   | 101128937                              | MUNICIPIO DE PEDRO CANARIO |          |
| UG/Gestão                                  | 00000000001                            | MUNICIPIO DE PEDRO CANARIO |          |
| Número RE                                  | 10014122002                            |                            |          |
| Número OB                                  | 10014122002                            |                            |          |
| Tipo de Identificação                      | CNPJ                                   |                            |          |
| Finalidade                                 | Finalidade não definida                |                            |          |
| Observação                                 |  |                            |          |
| Identificação                              | 02.980.103/0001-90                     |                            |          |
| Agência                                    | 222-4                                  | SAO MATEUS ES              |          |
| Conta                                      | 110000-9                               |                            |          |
| Data                                       | 24/05/2022                             |                            |          |
| Assinada Por                               | JC029142 RANSMILLER BRUNELLI CAMPORESI | 23/05/2022 10:27:21        |          |
|  | JB543245 BRUNO TEOFILO ARAUJO          | 23/05/2022 14:01:21        |          |
|  | Crédito em Conta                       |                            |          |
| Valor da OB                                | 1.710,00                               |                            |          |
| Banco destino                              | 001 BANCO DO BRASIL S.A.               |                            |          |
| Depe. atual                                | 0021-3 VITORIA-CENTRO                  | Conta atual                | 122260-0 |
| Autenticação                               | 3F11616566110AFD                       |                            |          |

Central de Atendimento BB 4004 0001 Capitais e regiões metropolitanas 0800 729 0001 Demais localidades

Transação efetuada com sucesso por: JE844018 MAGDA BREDOFF CARLETTI OLIVEIRA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678  
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



**MUNICÍPIO DE PEDRO CANÁRIO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO**  
**ESPIRITO SANTO**  
**28.539.872/0001-41**  
**NOTA DE PAGAMENTO Nº 0002937/2022**

|             |         |
|-------------|---------|
| FL          | RUBRICA |
| Nº PROCESSO |         |

**ORÇAMENTÁRIA**

**VALOR BRUTO:** 1.710,00 **VALOR DESCONTO:** **VALOR LÍQUIDO:** 1.710,00

**O ordenador da despesa para efeito da execução orçamentária, nos termos da legislação vigente, determina o Pagamento do Empenho aqui classificado:**

**Exercício :** 2022 **Processo :** 0001081/2022  
**Data Pagto :** 23/05/2022 **OP :** 0002938/2022  
**Empenho :** 0001123/2022 **Tipo :** Ordinário  
**Liquidação :** 0002175/2022 **Ficha :** 0000076/2022

Órgão : 050000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
 Unidade Orçamentária : 050100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
 Função : 04 - ADMINISTRAÇÃO  
 Subfunção : 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
 Programa : 0005 - CONTROLE ADMINISTRATIVO  
 Projeto/Atividade : 2.005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA  
 Elemento Despesa : 33903900000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA  
 Fonte de Recurso : 10010000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

**Favorecido :** 1437 - FEST - FUNDAÇÃO ESPÍRITO-SANTENSE DE TECNOLOGIA **CNPJ/CPF :** 02.980.103/0001-90  
**Bairro :** GOIABEIRAS **Cidade :** SAO MATEUS  
**Endereço :** Pra Fernando Ferrari **UF :** ESPIRITO SANTO  
**Banco :** 001 - Banco do Brasil S/A **Agência :** 0021-3 **Conta :** 122260-0

**Histórico :** LIQUIDAÇÃO DA NOTA FISCAL Nº 11984, DEVIDAMENTE ATESTADA PELO RESPECTIVO RESPONSÁVEL, REFERENTE A INSCRIÇÃO DE SERVIDOR NO CURSO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – PREPARAÇÕES PARA O ENVIO AO TCEES EM 2022 PELO SISTEMA CIDADES, A SER REALIZADO NOS DIAS 31 DE MARÇO E 01 DE ABRIL DE 2022, CONFORME SOLICITAÇÃO ANEXA.

**Saldo Liquidação :**  
**Valor OP :** 1.710,00 (um mil setecentos e dez reais )

**Dispensa/Inexibilidade:** 51 - ARTIGO 25 INCISO 01 LEI FEDERAL 8666/93

**Subelemento:** 33903922000 - EXPOSIÇÕES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS

**CONTROLE BANCÁRIO**

| Banco                       | Agência | Conta            | Tipo/Nº Documento | Valor    |
|-----------------------------|---------|------------------|-------------------|----------|
| 001 - Banco do Brasil S/A   | 2224    | 1100009 - BB FPM | RB - 000141       | 1.710,00 |
| QUITACÃO AUTOMÁTICA POR OBM |         |                  |                   |          |

**CONTA BANCÁRIA DO FORNECEDOR**

**Banco :** 001 - Banco do Brasil S/A **Número da Conta :** 122260 - 0 **Agência :** 0021 - 3

**LANÇAMENTOS**

| Nº                                       | Débito  | Valor    | Crédito  | Valor    |
|--|---|----------|--|----------|
| <b>Pagamento - Diversos - Pagamentos</b> |   |          |  |          |
| O 1                                      | 622130300000 - CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PA | 1.710,00 | 622130400000 - CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAG | 1.710,00 |
| O 1                                      | 622920103000 - EMPENHOS LIQUIDADOS A PAGAR      | 1.710,00 | 622920104000 - EMPENHOS LIQUIDADOS PAGOS       | 1.710,00 |
| C 1                                      | 821130100000 - COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO      | 1.710,00 | 821140100000 - UTILIZADA COM EXECUÇÃO ORÇAMENT | 1.710,00 |
| <b>Pagamento/Banco - Bancos</b>          |   |          |  |          |
| P 1                                      | 213110101000 - FORNECEDORES NAO PARCELADOS A    | 1.710,00 | 111111900000 - BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS | 1.710,00 |

**DOCUMENTOS FISCAIS**

| Documentos   | Nº Documento | Data Documento | Valor    |
|--|--------------|----------------|----------|
| Nota Fiscal Eletrônica (Chave de Acesso municipal) | 11984        | 05/04/2022     | 1.710,00 |
| <b>Total</b>                                       |              |                | 1.710,00 |

**RECIBO**

Recebi da Prefeitura Municipal de Pedro Canário, Através de seu tesoureiro, a importância supra de R\$ 1.710,00 (um mil setecentos e dez reais), pela qual dou plena e geral Quitação, e por estar de acordo firmo o presente.

FEST - FUNDAÇÃO ESPÍRITO-SANTENSE DE TECNOLOGIA  
 02.980.103/0001-90  
 Pra Fernando Ferrari

**Local/Data/Assinaturas**

PEDRO CANARIO, 23 de maio de 2022



**MUNICÍPIO DE PEDRO CANÁRIO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO**  
**ESPIRITO SANTO**  
**28.539.872/0001-41**  
**NOTA DE PAGAMENTO Nº 0002937/2022**

|                    |                |
|--------------------|----------------|
|                    |                |
| <b>FL</b>          | <b>RUBRICA</b> |
| <b>Nº PROCESSO</b> |                |

## ORÇAMENTÁRIA

BRUNO TEÓFICO ARAUJO  
 Prefeito Municipal

RANSMILLER BRUNELLI CAMPORESI  
 Secretário M. de Finanças

